

1ª PLENÁRIA NACIONAL SOBRE SAÚDE E MIGRAÇÃO

Saúde e Migração em tempos de Covid-19

Etapa Regional Centro-Oeste

A Etapa Regional Centro-Oeste da 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração ocorreu no dia 08/07 do ano de 2021. Foram 39 registros de presença durante os debates, e 16 diferentes organizações, serviços e instituições representadas. Além disso, tivemos inscrições de migrantes de Cuba, Venezuela, Paraguai, Haiti, Senegal e Colômbia.

As organizações que participaram foram:

- Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT)
- Câmara Municipal de Cuiabá - MT
- Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul - (CUT-MS)
- Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM-DF)
- Conselho Regional de Serviço Social do Mato Grosso (CRESS/MS)
- Del'Ágora Asociación
- Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
- Hospital Beneficente Santa Helena - Cuiabá - MT
- Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde da Universidade de Brasília (LAGAS/UnB)
- Rede Sem Fronteiras

- Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
- Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul
- Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- Universidade do Estado do Mato Grosso - Campus Cáceres-MT (UNEMAT)
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
- Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Na Plenária Final, foram aprovadas 12 propostas entre as encaminhadas pelas relatorias dos Grupos de Trabalho, e aquelas formuladas durante os debates. É importante ressaltar que no caso das propostas que previam recomendações relacionadas à coleta de dados sobre nacionalidade ou outros dados dos migrantes nos serviços de saúde, não houve consenso, o que precisa ser considerado e deliberado pela Plenária Nacional que se reunirá em agosto.

As propostas foram exclusivamente apresentadas como proposições ao Poder Público.

Seguem abaixo as propostas aprovadas:

PROPOSIÇÕES AO PODER PÚBLICO

1. Ampliação/facilitação do atendimento a imigrante indocumentado no Brasil;
2. Apoio e realização a pesquisas quantitativas e qualitativas nas áreas internacionais de fronteiras a fim de possibilitar planejamento de ações, bem como a prevenção/promoção de políticas públicas efetivas a imigração e direcionadas às especificidades de cada fronteira;
3. Aprimoramento e Avaliação contínua das bases de dados administrativos do governo (e.g. STI, SINCRE, RAIS, CAGED, CTPS e DATASUS) com inclusão de variáveis, tais como “nacionalidade” e “idioma”, e compartilhamento entre bases de informações que

contemplem as especificidades das populações migrantes e refugiadas;

4. Incentivar/proporcionar conhecimento político-social sobre a fronteira bem como o reconhecimento especial das regiões de fronteiras para os fluxos migratórios cotidianos;
5. Inclusão do campo “nacionalidade” nas notificações e em todos os formulários utilizados pela atenção em saúde;
6. Garantir a contratação de agentes comunitários de saúde e/ou tradutores humanitários, com entendimento da cultura e língua dos povos migrantes;
7. Fomentar oficinas entre trabalhadores de saúde e migrantes com vistas ao estabelecimento de atenção em saúde humanizada e resolutiva;
8. Inclusão de informações sobre acesso aos serviços públicos de saúde e outras informações relevantes sobre saúde no contexto atual em diversas línguas nos sites das secretarias estaduais de saúde;
9. Produção de cartazes informativos em diversas línguas com informações sobre prevenção à Covid-19, acesso à vacinação e informações sobre cadastro para vacina pelo Ministério da Saúde para serem disponibilizados em equipamentos públicos de saúde;
10. Tradução de materiais informativos pelo Ministério da Saúde, além da produção de cartazes a serem disponibilizados em equipamentos públicos de saúde;
11. Prover treinamento para os intermediadores culturais em relação ao funcionamento e ao direito de acesso ao SUS, devendo este ser disponibilizado também a outros profissionais de saúde do Sistema, em arranjo de formação continuada;
12. Envio de informações sobre a chegada de novos grupos migrantes aos gestores públicos de saúde de forma a possibilitar o planejamento da oferta de serviços interculturais de saúde;